

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Prova de Direito do Trabalho e Direito Processual Trabalhista

1 - Em 11.03.2001 foi furtado da Empresa Cor & Ação uma impressora e diversos cartuchos coloridos. Instaurado inquérito pela Polícia Civil para apuração dos fatos constatou-se que o autor do furto era Gugu Maravilha, desenhista na empresa, tendo os objetos sido localizados em sua casa, este alegou que furtara porque seus filhos necessitavam de um computador para digitarem trabalhos escolares. Atualmente, Gugu Maravilha é dirigente sindical de sua categoria, tendo comunicado à empresa na data do registro da candidatura em 25.11.2000. A posse da nova diretoria sindical ocorreu em 03.02.2001. A repercussão do fato provocou um desconforto entre empregado e empregador gerando a impossibilidade do mesmo continuar a prestar serviços na empresa. Pergunta-se: Pode o empregador despedi-lo? Em caso positivo, como deve proceder?

2 - O Estado de Patópolis celebrou contrato de prestação serviços de conservação e limpeza dos prédios públicos com a empresa Disney Cia. Ltda. A empresa prestadora dos serviços demitiu um dos seus empregados, deixando, contudo, de pagar-lhe os encargos trabalhistas. Inconformado, o empregado interpôs ação trabalhista contra a empresa. O Estado de Patópolis não fez parte da relação processual. Na fase de execução, o exequente requereu a citação (notificação) do Estado para pagar o débito, sob pena de seqüestro do valor correspondente. Pergunta-se: É o Estado responsável pelo pagamento do débito? Fundamente.

3 - Donald Min Pardal, considerando rescindido o contrato de trabalho por ser tratado por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo, ingressou com ação trabalhista contra o seu empregador - Armazém Zilú - pleiteando a devida indenização. Aberta a audiência e proposta a conciliação, houve acordo entre as partes, que foi devidamente lavrado e assinado pelo Juiz e pelos litigantes. Contudo, cinco dias após a celebração do acordo, o setor jurídico da empresa empregadora analisando os termos do acordo entendeu que o mesmo contém direitos que legalmente o empregado não possui. Pergunta-se: Pode o empregador deixar de cumprir o acordo? Em caso positivo, qual medida judicial cabível? Fundamente.

4 - Hércules Valente recusa-se a fazer as horas extras exigidas pelo Empregador, mas não alega os motivos da recusa. Sabe-se que existe acordo de prorrogação de jornada entre o empregador e o sindicato da categoria. Quais as consequências que podem resultar da recusa?

5 - Há medida cautelar específica no processo do trabalho? Em caso positivo, qual, quando é cabível e quem tem legitimidade para interpô-la?

6 - Cabe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal das decisões em procedimento sumaríssimo? Fundamente.

7 - A empresa Brasil & Brasil extinguiu uma de suas seções. Os empregados foram distribuídos em outras seções e com funções diferentes. Os empregados recusam-se a aceitar a modificação. A ordem do empregador tem respaldo jurídico? Os empregados podem rescindir o contrato de trabalho por despedimento indireto? Fundamentem as respostas.

8 - Como se processa a execução contra a Fazenda Pública no processo do trabalho?

9 - Vicente G. Filho foi contratado pela Empresa Gerais & Gerais Ltda na condição de aprendiz, por contar com 14 anos de idade. Completado o período aquisitivo para concessão das férias, este, mesmo sabendo que a concessão das férias está subordinada à vontade do empregador, avisou-o que pretendia usufruí-las concomitantemente com as férias escolares. O empregador negou-lhe tal direito por ser contratado como aprendiz e por tratar-se de contrato especial não possui direito as férias. É correta a atitude do empregador? Fundamente.

10 - Kaka Dias firmou contrato por prazo determinado com o Estado de Mato Grosso do Sul. Após o término do contrato, ajuizou reclamação trabalhista sob o argumento que não lhe foram pagas todas as verbas rescisórias. A ação foi julgada procedente. Inconformado, o Estado interpôs Recurso Ordinário no décimo sexto dia após ser intimado da decisão. O MM. Juiz não recebeu o recurso por intempestivo. A decisão está correta? Existe algum recurso cabível contra a decisão do Juiz? Fundamente.